

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.217 - SP (2019/0302150-1)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : LUCIANO GONCALVES DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LUCIANO GONCALVES DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Da análise dos autos, constata-se a manifesta incompetência desta Corte para o julgamento da impetração.

Com efeito, nos termos do artigo 105, inciso I, alínea "e", da Constituição Federal, ao Superior Tribunal de Justiça compete processar e julgar, de forma originária, as revisões criminais de seus julgados, o que, à evidência, não ocorre na hipótese em apreço, já que o impetrante/paciente pretende a revisão de decisão confirmada pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente incabível, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, do RISTJ, **nega-se seguimento** ao *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se cópia dos autos à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO SP para que pleiteie o que entender cabível em favor do paciente perante o juízo competente.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**